

## Mutirão 'Direito a Ter Pai' da DPMG é tema de reportagem no 'Encontro com Fátima Bernardes'

*Programa exibido pela TV Globo em rede nacional, na quarta-feira (6/10), veiculou reportagem sobre o mutirão 'Direito a Ter Pai', ação extrajudicial da Defensoria de Minas de reconhecimento de paternidade e garantia de direitos*

Além dos números da iniciativa da Defensoria, que já realizou quase 60 mil atendimentos desde sua primeira edição em 2011, a reportagem mostrou a história da assistida Elma Roziele Oliveira.

Ela participou da atual edição do Mutirão e foi atendida pela unidade da DPMG em Montes Claros, onde mora. Após o resultado positivo do exame de DNA, aberto pelo defensor público Hélio Veloso, aos 34 anos Elma terá a lacuna do nome do pai no registro de nascimento preenchida.

A reportagem contou também com a participação do psicólogo clínico Rossandro Klinjey, que abordou as consequências desta lacuna na vida das pessoas, e da repórter Rita Batista, que também não tem o nome do pai na certidão de nascimento e compartilhou um pouco de sua experiência pessoal.

O coordenador da Regional Norte da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensor público Cláudio Fabiano Pimenta, forneceu informações de como participar desta edição do Mutirão "Direito a Ter Pai", cujas inscrições vão até 22/10.

[Clique aqui e assista a reportagem completa](#)



## Subdefensor-geral e superintendente de TI da DPMG recebem homenagem do Judiciário Exponencial

PÁGINA 3

## Caso Eugênio Fiúza: TJMG admite recurso da Defensoria Pública e STJ vai julgar pedido de indenização por danos existenciais

PÁGINA 4

**Expediente e atendimentos presenciais e remotos na DPMG**

Veja aqui os canais de atendimento e as Resoluções Conjuntas 002, 006 e 007/2021

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Mundo oficial PÁGINA 2
- > Ações em destaque PÁGINAS 3, 4 e 5
- > Procedimentos e comunicados internos PÁGINA 6

## MUNDO OFICIAL

### Defensor-geral se reúne com representantes do Ministério dos Direitos Humanos e de associação de comunidades de Brumadinho

Na quarta-feira (6/10), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, realizou mais uma reunião com representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para tratar da proteção de direitos humanos das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Pela Defensoria Pública de Minas também participaram a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e o coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho.

Representando o Ministério, participaram da reunião o secretário-adjunto de Promoção da Igualdade Racial, Esequiel Espírito Santo; e as assessoras jurídicas da Secretaria Nacional de Proteção Global Jurídica Karoline Aires e Ana Terra.

Estavam presentes ainda os representantes da Associação Comunitária dos Bairros Parque do Lago,

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



A reunião foi realizada de forma híbrida, com a presença dos representantes da Acopapa na DPMG

Parque da Cachoeira e Alberto Flores (Acopapa), Ademir Caricati (presidente), Lídia Gonçalves de Lima, Vanessa de Jesus e Flávia Antônia da Silva; além do advogado Washington Moreira. Os atingidos pelo rompimento da barragem sob responsabilidade da empresa Vale.

### Defensoria Pública de Minas recebe cônsul-geral da Espanha no Rio de Janeiro

Na quinta-feira (7/10), o cônsul-geral da Espanha no Rio de Janeiro, Luís Prados Covarrubias, fez uma visita institucional ao defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares.

Durante o encontro, que contou também com a presença do assessor Institucional da Defensoria-Geral, defensor público Wilson Hallak Rocha, foram tratados assuntos relativos à atuação da Defensoria Pública voltada para cidadãos espanhóis residentes em Minas Gerais.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



### DPMG prestigia 87º aniversário da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais



Nesta sexta-feira (8/10) o assessor Institucional da Defensoria Pública-Geral, defensor público Wilson Hallak Rocha, representou o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, na solenidade de comemoração do 87º aniversário da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Na ocasião, também foi entregue a Medalha de Cinquentário. Estiveram presentes também autoridades do Governo de Minas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa e outras instituições.

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Subdefensor-geral e superintendente de TI da DPMG recebem homenagem do Judiciário Exponencial

O subdefensor público-geral de Minas Gerais, Nikolas Katopodis, e o superintendente de Tecnologia da Informação da DPMG, Flávio Silva, foram homenageados pelo Judiciário Exponencial. A homenagem aconteceu durante a 5ª edição do Congresso de Direito, Tecnologia e Inovação para o Ecosistema de Justiça (Expojud), promovido entre os dias 5 e 7 de outubro, em Brasília.

Os dois foram finalistas do Prêmio Inovação: Judiciário Exponencial, nas categorias Liderança Exponencial e Executivo de TI Inovador. O Prêmio de Inovação é uma iniciativa do Judiciário Exponencial com apoio do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo.

A iniciativa busca reconhecer e incentivar projetos inovadores de tecnologia, gestão e novas metodologias no âmbito do Ecosistema de Justiça, assim como soluções criadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, reconhecendo e promovendo os líderes que se destacam pelo perfil empreendedor em suas instituições, e os executivos de TI, a fim de enfatizar e repercutir as iniciativas relacionadas à melhoria dos serviços prestados em benefício da sociedade.



### 2ª audiência pública do CNJ sobre o rompimento da barragem de Mariana tem participação da Defensoria Pública de Minas Gerais

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) foi representada pela defensora pública Carolina Morishita na segunda audiência pública virtual sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. A oitiva aconteceu na quarta-feira (6/10).

A iniciativa é uma realização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão.

O objetivo das audiências públicas é garantir maior celeridade às ações de reparação e compensação dos danos. Uma terceira audiência pública está prevista para acontecer até o final de 2021.

Em prosseguimento aos esforços de repactuação de um acordo entre os envolvidos, nesta segunda audiência foram ouvidas pessoas



*Defensora pública Carolina Morishita: “O rompimento foi em 2015, mas todos os dias os atingidos são lembrados dele e que os rejeitos estão nos rios”*

atingidas; especialistas; a subprocuradora-Geral da República aposentada e de expressiva atuação na defesa dos direitos humanos e minorias, Deborah Duprat; representante dos trabalhadores vitimados pelo rompimento; entre outros.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Justiça acolhe agravo da Defensoria Pública e suspende reintegração de posse no bairro Copacabana, em BH

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais acolheu agravo interno (1.0000.19.124239-5/004) interposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e suspendeu a reintegração de posse proposta pela Prefeitura de Belo Horizonte de um terreno no bairro Copacabana, na região de Venda Nova, onde há centenas de moradias de famílias de baixa renda.

A área de interesse público foi desapropriada pelo Município de Belo Horizonte para realização de obra de infraestrutura do empreendimento Complexo da Avenida Várzea de Palma. No entanto, o terreno foi ocupado por famílias vulneráveis antes da pandemia. O decreto expropriatório é de 2010. A desapropriação foi ajuizada no ano de 2015 e a ação de reintegração distribuída em 2017.

[Leia a matéria na íntegra](#)

### Caso Eugênio Fiúza: TJMG admite recurso da Defensoria Pública e STJ vai julgar pedido de indenização por danos existenciais

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) admitiu recurso especial (Nº 1.0000.16.061366-7/011) interposto pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), pleiteando incluir na condenação imposta ao Estado de Minas Gerais o valor de R\$ 1 milhão a título de danos existenciais, em favor do artista plástico Eugênio Fiúza de Queiroz, preso injustamente por 17 anos.

Em abril deste ano, por unanimidade, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais já havia condenado o Estado de Minas Gerais a pagar o valor de R\$ 2 milhões, a título de indenização por danos morais.

Neste mesmo julgamento também por unanimidade foi mantida a pensão vitalícia, que já é paga em favor do assistido, no valor de cinco salários mínimos mensais, por danos materiais.

Na ocasião, a sustentação oral da defesa de Fiúza foi feita pelo defensor público Wilson Hallak Rocha, acompanhado pela defensora pública Maria Helena de Melo.



Neste novo recurso interposto pela DPMG, além da indenização por danos existenciais que havia sido negada pela 7ª Câmara Cível, a Instituição pleiteia também que a pensão vitalícia seja fixada não após a decisão do Tribunal de origem, mas sim desde a data da prisão indevida.

[Leia a matéria na íntegra](#)

DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS promove

+5 MILHÕES DE FILHOS E FILHAS ESPERAM MOMENTOS COMO ESSE

9º MUTIRÃO DIREITO A TER PAI 2021

TUDO GRATUITO:

RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE PATERNIDADE E MATERNIDADE  
EXAMES DE DNA

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Defensoria Pública de Minas busca acordo com Município de Janaúba para reparação das vítimas do incêndio da creche Gente Inocente

*Passados quatro anos do incêndio da Creche Municipal Educacional Infantil Gente Inocente, em Janaúba, as famílias das vítimas ainda aguardam uma resposta da Justiça*

Autora de uma ação coletiva de indenização por danos morais e materiais, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) busca um acordo com o Município de Janaúba para reparação aos danos provocados às vítimas.

“A complexidade da ação e o possível desamparo das famílias nos mostram que precisamos viabilizar um acordo. A Defensoria Pública busca, de preferência, um acordo final para dar segurança aos familiares e para que eles possam receber a indenização mais rapidamente”, afirma o defensor público Gustavo Dayrell, que atua no caso.

Ele ressalta que neste último ano apenas foi realizado o pagamento mensal referente à antecipação parcial das verbas indenizatórias, com desembolso pela Prefeitura

local para as famílias atingidas nos valores de R\$ 500 e R\$ 1 mil, a depender da situação de saúde da vítima.

A antecipação, que findaria em dezembro de 2018 e tem sido renovada anualmente, é resultado de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo Município após o ajuizamento da Ação Civil Pública da Defensoria Pública.

E até mesmo essa antecipação não está garantida. “Esse acordo parcial tem sido renovado anualmente, mas não foi definido o valor total e nem por quanto tempo. Todos os anos os familiares sofrem a angústia da incerteza da renovação”, explica Dayrell.

[Leia a matéria na íntegra](#)

### Câmara Municipal de Uberlândia faz sessão especial de apresentação do mutirão ‘Direito a Ter Pai’ da DPMG

Na sexta-feira (1º/10), o coordenador da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Uberlândia, defensor público Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, a defensora pública Bárbara Silveira Machado Bissochi e o defensor público Fernando Orlan Pires Resende compareceram como convidados à Câmara Municipal de Uberlândia para uma sessão de apresentação do mutirão “Direito a Ter Pai – 2021”, promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

A iniciativa de apresentação do projeto de atuação extrajudicial da DPMG para reconhecimento de paternidade e garantia de direitos foi proposto pelo vereador Antônio Carrijo. Ele abriu a sua apresentação ressaltando a importância do mutirão “Direito a Ter Pai”, que hoje é referência para o Brasil.



[Leia a matéria na íntegra](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](#)



[c/defensoriamineira](#)



[@defensoriamg](#)



[www.defensoria.mg.def.br](#)

## PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

### CONSELHO SUPERIOR

#### Eleição para o Conselho Superior da DPMG – biênio 2021/2023

Candidatos inscritos para concorrer à eleição

[Clique aqui para ler o aviso nº 2](#)

### COMUNICADO SGPSO

#### Nota da SGPSO: Escala de Férias - 1º semestre de 2022

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional relembra, nos termos do art. 6º da Deliberação n. 047/2013, do prazo até 29/10/2021 (último dia útil de outubro/21), para registro no Sistema de Gerenciamento de Férias, da escala de férias regulamentares para o primeiro semestre de 2022.

### DEFENSORIA-GERAL

[Resolução nº 341/2021](#)

#### Consulta para Cooperação Voluntária na Defensoria Pública em Itamogi

Por seis meses, podendo ser prorrogado ou antecipado.

Inscrição até as 23h:59m de 14/10/2021, por e-mail direcionado ao endereço [gabinete@defensoria.mg.def.br](mailto:gabinete@defensoria.mg.def.br)

[Resolução nº 346/2021](#)

#### Consulta para Cooperação Voluntária em Tribunal do Júri na Comarca de Matias Barbosa

Dia 9 de novembro de 2021, na comarca de Matias Barbosa.

Inscrição até as 17 horas de 15/10/2021, por e-mail direcionado ao endereço [gabinete@defensoria.mg.def.br](mailto:gabinete@defensoria.mg.def.br)

[Resolução nº 338/2021](#)

### COORDENADORIA CRIMINAL DA CAPITAL

#### Resultado do sorteio para participação no plantão do Juizado Especial do Torcedor do mês de outubro de 2021

[Clique aqui acessar o resultado](#)

### PESQUISA INTERNA SOBRE VACINAÇÃO

#### Até 31 de outubro: nova atualização da pesquisa interna sobre vacinação contra covid-19

Todos deverão responder, mesmo aqueles que já responderam as consultas anteriores, diante da necessidade de atualização dos dados.

[Clique aqui acessar a pesquisa](#)

### Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) tem como objetivo a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação, uma série de *cards* de apresentação e dicas estão sendo divulgados periodicamente em canais internos da DPMG, como estes abaixo:



#### COMO DEVE SER FEITO O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES ?

Deverá ser realizado em seu melhor interesse e com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

O controlador deverá manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos do titular.



#### EM QUE SITUAÇÃO É PERMITIDO COLETAR DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS SEM O CONSENTIMENTO DE PELO MENOS UM DOS PAIS OU PELO RESPONSÁVEL LEGAL ?

Quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal. Os dados podem ser utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento.



O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.